

Sumário

INTRODUÇÃO	27
------------------	----

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE RESTITUIÇÃO POR ILÍCITOS EM ANÁLISE COMPARATISTA	41
---	----

1. A restituição por ilícitos na Inglaterra	44
1.1. <i>Common law</i> : a pluralidade na unidade.....	44
1.2. O conceito contemporâneo de “damages”	47
1.3. A recente trajetória do direito restitutório na Inglaterra	49
1.4. A restituição de ilícitos pela via dos <i>gain-based damages</i>	65
1.5. O reconhecimento da restituição por ilícitos na jurisprudência da Inglaterra	71
1.6. A tridimensionalidade da restituição por ilícitos na Inglaterra	73
1.6.1. Restituição de ganhos nos “torts”	75
1.6.2. Restituição de ganhos ilícitos na “equity”	82
1.6.2.1. A violação de deveres fiduciários	83
1.6.2.2. A violação da confiança	89
1.6.3. Restituição de ganhos ilícitos pela violação do contrato.....	92
1.7. O Binário de James Edelman: <i>Gain-Based Damages</i>	103
1.8. A reformulação da restituição por ilícitos nos Estados Unidos.....	113

1.9. A Restituição por Ilícitos na <i>Civil Law</i>	120
1.9.1. Noções Gerais	120
1.9.2. A semântica do enriquecimento injustificado	122
1.9.3. O Modelo Alemão do enriquecimento por intervenção	129
1.9.3.1. Ato intencional no interesse lucrativo.....	143
1.9.3.2. Violação de deveres fiduciários	145
1.9.3.3. Reação à inadequação da compensação.....	146
1.9.3.3.1. Propriedade intelectual e direito da concorrência.....	146
1.9.3.3.2. Direitos da Personalidade.....	149
1.9.4. A restituição por ilícitos na Itália	152
1.9.4.1. Panorama geral.....	152
1.9.4.2. Propriedade intangível.....	159
1.9.4.3. A nova jurisprudência Italiana.....	162
1.9.5. Abordagens alternativas – O DCFR e o PETL	164
1.9.5.1. <i>Draft Common Frame of Reference</i>	164
1.9.5.2. Princípios do Direito Europeu de Responsabilidade Civil	166
1.9.6. Conclusão: perspectivas para a restituição por ilícitos	169

CAPÍTULO II

UMA ANÁLISE HISTÓRICA, FILOSÓFICA E PSICOLÓGICA DAS SANÇÕES NÃO COMPENSATÓRIAS.....	173
1. A análise histórica.....	173
1.1. Introdução	173
1.2. Do direito romano aos dias atuais.....	175
2. Uma justificativa filosófica das pretensões não compensatórias de danos	183
2.1. Introdução	183
2.2. Impossibilidade de definição puramente funcional, analítica ou doutrinária das pretensões não compensatórias de danos.....	185
2.3. Um conceito filosófico para as pretensões não compensatórias de danos.....	189

2.4. O fundamento ético da excepcionalidade das pretensões não compensatórias de danos.....	194
2.5. A justiça distributiva como fundamento filosófico das pretensões não compensatórias de danos	199
3. O fundamento psicológico da centralidade das pretensões compensatórias de danos	205

CAPÍTULO III

A TOPOGRAFIA DA RESTITUIÇÃO PELO LUCRO ILÍCITO	213
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil	213
1.1. Novos problemas e velhos remédios	213
1.2. Do monopólio compensatório à função punitiva.....	217
1.3. Da compensação ao remédio de restituição de lucros ilícitos.....	222
1.4. As duas dimensões da função preventiva da responsabilidade civil.....	227
1.4.1. A função preventiva autônoma	230
1.4.2. A função preventiva acessória	234
1.5. Distinção estrutural e funcional entre remédios restitutórios e punitivos	235
1.6. Os múltiplos indenizatórios.....	250
2. Dois passos para a introdução da restituição por ilícitos no interno da responsabilidade civil.....	257
2.1. Passo: A multicausalidade do remédio restitutório	257
2.2. O segundo passo: A restituição por ganhos ilícitos como um gênero	268
2.2.1. <i>Disgorgement</i> – a remoção dos lucros ilícitos.....	271
2.2.2. <i>Restitutionary damages</i> – a devolução dos lucros ilícitos.....	285
3. Os Equivalentes Funcionais.....	295
3.1. O enriquecimento injustificado	297
3.1.1. Breve origem histórica	299
3.1.2. Do “monoenriquecimento” injustificado ao “polienriquecimento” injustificado: reconfigurando fronteiras	305
3.1.3. O ilícito e a tutela restitutória.....	319
3.1.3.1. A tutela contra o ilícito	320

3.1.3.2.	O modelo fragmentado do CC/2002 e a restituição como tutela contra o ilícito.....	327
3.1.4.	As despesas preventivas – “Preventive damages”.....	341
3.1.5.	<i>Compensatio lucri cum damno</i> – A técnica do desconto.....	348
3.1.6.	A restituição do ilícito por intromissão no direito das coisas – “A trílice fronteira”.....	355
3.1.6.1.	Intromissão por fruição de coisa alheia.....	358
3.1.6.2.	Intromissão por incorporação e disposição de coisa alheia.....	365
3.1.7.	O enriquecimento por intromissão no <i>leading case</i> do Superior Tribunal de Justiça.....	372
3.1.8.	A insuficiência do enriquecimento injustificado como alternativa à restituição por lucros ilícitos.....	380
3.1.8.1.	Enriquecimento injustificado como fonte obrigacional residual.....	380
3.1.9.	Uma breve análise econômica das espécies de enriquecimento injustificado	407
3.1.10.	Os casos especiais: propriedade imaterial e direitos da personalidade.....	413
3.1.10.1.	A restituição como tutela contra o ilícito na propriedade imaterial	414
3.1.10.1.1.	A funcionalização da indenização no âmbito da propriedade imaterial	414
3.1.10.1.2.	A adoção do <i>disgorgement</i> no direito antitruste.....	422
3.1.10.1.3.	A tutela dos direitos autorais	428
3.1.10.1.4.	A tutela dos segredos comerciais... ..	430
3.1.10.2.	A restituição como tutela contra o ilícito nos direitos da personalidade.....	437
3.1.10.3.	“Disgorgement algorítmico”: a gestão automatizada dos ilícitos lucrativos na Internet....	449
3.1.10.3.1.	Introdução	449
3.1.10.3.2.	Responsabilidade civil e algoritmos....	451
3.1.10.3.3.	Novas nuances concernentes ao <i>disgorgement</i> e à sua (i)licitude quando levado a efeito de modo automatizado.....	459

3.1.10.3.4. O <i>disgorgement</i> algorítmico: reflexões sobre uma nova sistemática para o <i>enforcement</i> obrigacional na Internet.....	469
3.1.11. Síntese: a resignificação do princípio da reparação integral	474
3.2. A gestão de negócios imprópria.....	492
3.3. O dano moral.....	502
3.4. O dano moral coletivo e as <i>class actions</i>	513
3.4.1. O dano moral coletivo é um dano moral?.....	513
3.4.2. As <i>class actions</i> em uma perspectiva de remoção de ganhos ilícitos - <i>trifle damages, fluid recovery</i> e <i>cy-près</i>	531
4. Critérios de quantificação de pretensões de resgate e restituição do lucro ilícito	539
SUMÁRIO DE CONCLUSÕES	553
POSFÁCIO.....	563
BIBLIOGRAFIA	567